

Economia - Brasil A hiper e a saída por Sergipe

O GLOBO

01 NOV 1991

PAULO RABELLO DE CASTRO

Formidável Soares: você vive insistindo comigo para visitar Sergipe e conferir as vantagens da "Suíça brasileira", como país de residência alternativa, antes mesmo de Miami, Caribe ou Londres, na hipótese nada improvável de o resto do Brasil acabar se incendiando todo na hiperinflação. Olha, vou aceitar seu convite; pode marcar data próxima.

Nosso país, Soares, aquele que conhecemos por Brasil, não está longe de fragmentar-se. A história de outros países que passaram por experiências semelhantes nos indica ser a hiperinflação uma terrível semente propagadora da dissolução ética, social e, finalmente, da desagregação política dos povos. Cada história é diferente da outra, porém todas, sem exceção, impõem um enorme castigo ao povo e inesperado empobrecimento às chamadas elites.

O processo sempre começa devagar e, via de regra, é negado pelas autoridades, que preferem adotar soluções de acomodação. Aqui no Brasil, há muito deixamos de combater a inflação. Tratamos, apenas, de organizá-la. Organizamos a alta "ordenada" dos preços através de câmaras de controle ou comissões; contemos as altas salariais com dezenas de decretos e leis; interferimos no mercado de câmbio para "apaziguá-lo"; atrelamos os orçamentos públicos e os impostos aos índices para "defender a saúde financeira do Governo"; por último, elevamos as taxas de juros — mesmo num país em que, há muito, os empresários sobreviventes deixaram de tomar créditos — na esperança de que os juros altos contenham a demanda e o consumo, quando esses mesmos juros empurram as expectativas, provocando o efeito oposto de contração da oferta e da produção de bens, ou seja, o misto de inflação aguda com estagnação da economia.

Temos, e qualquer país hiperinflacionado sempre tem, técnicos da mais alta competência. Na Alemanha de 1921/1922 técnicos imaginativos também tentaram de tudo, inclusive a indexação do marco alemão ao ouro. Não é novidade. Contudo, em novembro de 1923, o povo alemão chegava ao clímax da crise monetária, com depressão econômica e hordas de fumintos pelas ruas. Portanto, não nos iludamos sobre a real gravidade do processo de desa-

gregação em curso no nosso país. A hiperinflação, embora sendo um fenômeno de desconfiança profunda na moeda local, não é só um assunto monetário. É um epifenômeno, ou seja, atinge a todos os tecidos do organismo social; é doença sistêmica. A crise de confiança, quando se absolutiza, provoca a descrença nas instituições, nas autoridades, na família, na ordem estabelecida, enfim, no próprio indivíduo. Tem graves conotações morais, sociais e psicológicas. Não é para ser tratada, simplesmente, com terapias de livraria de macroeconomia, como se tudo pudesse ser resolvido por uma "desova de estoques" provocada pelo laxativo dos juros altos, ou por um choque ditado "liberal", quando o Governo promete desistir de intervir nos mercados na expectativa de que os cidadãos acreditam nisso.

Amigo Soares: a coisa é muito, muito séria; principalmente porque não é assunto estritamente econômico. A crise de confiança só se resolve com um "choque" de confiança. Isso depende, em primeiro lugar, que o Governo admita a intensidade da crise e fale a verdade para o povo. Mas não basta alertar. Isso o Presidente já fez, pela televisão, há dias. O mesmo estão dizendo por aí os empresários. Falta a agenda do que fazer. Juros altos não são programa de governo. Emendas à Constituição são meras hipóteses de trabalho. Reforma tributária "de emergência" corre o risco de transformar a atual colcha de retalhos dos impostos num pano roto que não cobrirá os pés do Governo nem atenderá ao sufoco dos contribuintes.

Veja bem: numa hora dessas, é preciso um diagnóstico absolutamente preciso. Para restituir a confiança, não basta "dolarizar" ou criar um título atrelado ao dólar. Este seria, apenas, um fator de confiança explícito ou explicitado. Mas quais as garantias? Estas dependem de outro tipo de confiança, implícito ou intrínseco, cujo despertar não ocorre por uma decretação de plano, nem por palavras de ordem, nem por agressões ou aliciações psicológicas. A confiança implícita é dada espontaneamente, surge por adesão a um conjunto de idéias capazes de recompor interesses em conflito e dar à opinião dominante uma nova percepção de futuro. Nisso consiste o eixo de uma reforma monetária efetiva, porque muito mais do que uma mera redefinição do papel e do valor da moeda. Só assim acaba uma hiperinflação.

Um programa de consenso estaria baseado num tripé: moeda, sociedade e Governo. Instituir novo regime para a moeda é dar ao povo garantia de que pode poupar, nessa moeda. Quanto à sociedade, é preciso reconhecer a dívida

do Governo para com os cidadãos. O Governo deve 30 bilhões de dólares aos depositantes do FGTS. Deve também cerca de US\$ 40 bilhões em compromissos com os aposentados e pensionistas. Deve, além disso, um programa de educação e de saúde mais confiável e menos perdulário. O Governo tem como pagar essas contas. Basta que não saia esquartejando seu patrimônio antes de propor um acordo com esses credores esquecidos até agora. Idem, em relação aos Estados da Federação. E preciso sentar com os Estados e negociar com eles suas dívidas contra as futuras transferências de impostos a eles devidos. O Governo federal não pode ficar só pensando em deixar impostos e arranjar novos contribuintes. Tem que examinar também suas contas de passivo contra os cidadãos. Daí decorrerá sua credibilidade, numa reforma tributária e financeira para valer. Nisso estaria a essência de um programa para debelar a crise hiperinflacionária.

No outro extremo, se um programa articulado de saída da crise não obtiver consenso, o Governo apelará para uma nova sangria de moeda "poder" — o cruzeiro — introduzindo, provavelmente, o regime de duas moedas: a boa, que ficará atrelada ao dólar, e a pobre, que vai se deteriorar nas mãos dos trabalhadores descamisados e nos balanços dos empresários desdolarizados.

Obvio que se trata de um truque monetário. Implica, como truque, mesmo na hipótese de sucesso, no empobrecimento maior da população, aprofundando o efeito dos planos anteriores. Seria, em outras palavras, um confisco branco sobre a riqueza financeira do País, provocado pelo congestionamento na saída da moeda podre — abundante — para a escassa moeda boa. O ensaio já começou esta semana.

No meio dessa crise, amigo, alguém poderá se lembrar que nenhum Estado brasileiro precisa continuar tolerando de graça tanto desaforo monetário. Até surgirá a constatação prática: por que o povo do meu Estado não começa a tratar dos seus próprios interesses, cuidando ele mesmo de suas riquezas e de sua moeda local? Nessa hora, o país Brasil estará às vésperas de uma fragmentação. Mas enquanto houver tempo, se temos juízo, devemos tentar dar dignidade aos cidadãos e independência econômica aos Estados dessa nação chamada Brasil, buscando transformá-la numa verdadeira Federação.

José Soares de Vasconcelos, cidadão sergipano e empresário, é conselheiro fundador da Abras — Associação Brasileira dos Supermercadistas.